

DA SITUAÇÃO RELIGIOSA DE PORTUGAL NOS FINAIS DO SÉCULO XV À MISSIONAÇÃO DO BRASIL*

Por José Marques

1 — Introdução

Entre os múltiplos aspectos relacionados com a expansão portuguesa no Brasil, há um que continua por esclarecer, podendo inclusive, afirmar que, mesmo na bibliografia mais recente ao nosso alcance¹, nem sequer o vimos ainda explicitamente formulado.

Referimo-nos ao atraso de quase cinquenta anos, após a sua descoberta ou achamento, com que se iniciou, de forma sistemática e eficaz, a missionação das gentes da terra de Santa Cruz, que a armada de Pedro Álvares Cabral avistou, pela primeira vez, ao cair da tarde de quarta-feira da oitava da Páscoa, dia 22 de Abril de 1500². E este atraso

* Comunicação apresentada em S. Paulo, Brasil, no Congresso Internacional «*América 92: Raízes e Trajectórias*», no dia 20 de Agosto de 1992, mercê do patrocínio da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário dos Descobrimentos Portugueses. A publicar também nas respectivas *Actas*.

¹ RUPERT, Arlindo — *A Igreja no Brasil. Origem e desenvolvimento (século XVI)*, vo. I, Santa Maria, Liv. Editora Palloti, 1981.

² CAMINHA, Pero Vaz de — *A carta de...*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral, 1968, p. 8: — «... neste dia a oras de hespera ouvemos vista de tera...».

é tanto mais notório quanto é conhecida a insistência com que, desde os primórdios da expansão portuguesa para o Norte de África, com a conquista de Ceuta, em 1415, se invocava, oficialmente, o «serviço de Deus» e a dilatação da Fé, como o primeiro e principal fundamento de numerosas iniciativas régias no continente e além-mar³.

Porquê, então, termos de registar o contraste entre o estímulo subjacente a tão nobre motivação e o tardio início da acção missionária conduzida pelo P.^o Manuel da Nóbrega e seus companheiros, aqui chegados à Baía, em 29 de Março de 1549, na companhia do primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, já que da acção pastoral e missionária coeva da acção militar de Martim Afonso de Sousa na defesa da costa brasileira (1432-33) e do período das capitánias (1534-1551)⁴, — no dizer de Arlindo Rupert, desprestigiada na correspondência do responsável pela primeira expedição missionária jesuítica no Brasil⁵ — pouco se conhece?

Bem sabemos que não é este o momento adequado para analisarmos em profundidade os dois membros desta posição contrastante, (*urgência e atraso*) e que não se pode tomar em sentido unívoco o conteúdo subjacente à expressão «*serviço de Deus*». Na verdade, se para alguns membros da Casa de Avis⁶, seguindo na linha de pensamento de Álvaro Pais⁷, «o serviço de Deus» encontrava um ponto alto da sua expressão no combate aos muçulmanos do reino no reino de Granada, no Norte de África ou mesmo no Oriente, e estava também presente no projecto português para a Índia, não esqueçamos que outros membros da mesma Casa tinham posições mentais diferentes. Assim acontecia com o Conde de Barcelos, que, no parecer de 1433, declarou frontalmente: «...*a mim* (a organização desta armada) *nom parece serviço de Deus*»⁸, e que o

³ Ao salientarmos este aspecto, não ignoramos outras correntes interpretativas das motivações da expansão portuguesa, que não interessa ao nosso objectivo desenvolver neste momento.

⁴ RUPERT, Arlindo — *O.c.*, pp. 54-79.

⁵ LEITE, Serafim — *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, São Paulo, Comissão do IV Centenário da cidade de S. Paulo, 1954.

⁶ SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos — *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, pp. 73, (onde se regista o parecer do Conde de Arraiolos), 79 (parecer do Conde de Ourém), p. 85 (parecer do Infante D. Henrique), etc.

⁷ PAIS, Frei Álvaro — *Espelho de reis*. Estabelecimento do texto e tradução do Dr. Miguel Pinto de Meneses, vol. I, Lisboa, I.A.C., 1955, pp. 15 e 17. Cf. MARQUES, José — *A presença da Igreja na História Militar Portuguesa, das origens aos finais do século XIV*, in «Revista da Faculdade de Letras. História», II série, Porto, vol VIII, p. 10.

⁸ SANTOS, D.M. G. dos — *D. Duarte...*, p. 77.

Infante D. João, na mesma altura, não deixou de manifestar algumas dúvidas sobre tal doutrina, dizendo que não deveria entrar nessa guerra ao lado do rei de Castela sem pedido expresso do interessado, porque a concretização de tal empresa podia ser contra as obras de misericórdia, acrescentando textualmente: — «*Ajnda guerra dos mouros nom somos çertos se he servjço de Deus; por que eu nom vy nem ouvy que Noso Senhor nem algum dos seus apóstolos nem doutores da Igreja mandassem que se guerreassem jnfieis, mas antes per pregação e mjlagres os mandou converter; pois se por seu servjço tal guerra ouvera mandara que, se nom quisessem crer, per força os tornasemos a verdadeira fe, o que creio nom pode ser achado em autentica escritura*»⁹. Por sua vez, o Infante D. Pedro, embora aceitando a guerra santa como serviço de Deus, estabelecia, como condição prévia: — *comtamto que este bem nom tragua comsiguo danos e males muito maiores*»¹⁰, não deixando Rui de Pina de o apresentar como o principal opositor da empresa de Tânger, isto é, como a alma da oposição¹¹.

Esta concepção do «serviço de Deus», marcado por uma forte componente bélica contra o *injusto agressor*, tinha forçosamente de começar a alterar-se a partir do momento em que as caravelas enviadas ao serviço da Coroa portuguesa atingiram uma latitude sul, onde já não havia notícia da presença de muçulmanos. Assim, quando, em 1485, D. João II enviou Diogo Cão a prosseguir a exploração da costa africana, fê-lo «*com muita lembrança do serviço de Deus e por honra e moor exalçamento de sua Sancta Fé, e por acrecentamento de seus Regnos, e Senhorios, primeiro que nenhuns do Mundo emprenderam, e começaram*»¹². E as situações continuaram a diversificar-se, face às realidades encontradas na Índia, onde, além da assistência religiosa aos portugueses e a missionação dos autóctones, havia o problema da conversão dos cristãos de S. Tomé, dispersos pelas montanhas da costa do Malabar, e, mais recentemente, no Brasil, onde o ulterior conhecimento aprofundado da sua população não confirmou, na totalidade, a descrição de Pero Vaz de Caminha, elaborada sob o impacto da emoção desta descoberta e dispondo apenas de uma visão parcelar e superficial da nova realidade, aliás bem marcada pelas dificuldades de comunicação com os nativos.

Não obstante a importância e vigor inerentes ao lema «o serviço de Deus», as notícias enviadas por Pero Vaz de Caminha, quanto ao que ele

⁹ SANTOS, D.M. G. dos — *D. Duarte...*, p. 80.

¹⁰ SANTOS, D.M. G. dos — *D. Duarte...*, p. 83.

¹¹ SANTOS, D.M. G. dos — *D. Duarte...*, p. 23.

¹² PINA, Rui de — *Chroniqua del Rey Dom Joham II*, Coimbra, Atlântida — Liv.^o Editora, 1950, p. 149.

interpretou como predisposição dos nativos para abraçarem a religião cristã, chegando a escrever: — «...nom doujdo segundo a santa tençam de vosa alteza fazerem se christãos e creerem na nossa samta fé...»¹³ e «segundo o que a mym e a todos pareceo, esta jemte nom lhes falece outra cousa pera seer toda christaam ca entenderem nos»¹⁴, pelo que a evangelização «deve seer a principal semente que vosa alteza em ela deve lançar»¹⁵, informações naturalmente confirmadas por Cabral e os compamheiros sobreviventes, após o regresso da Índia a Lisboa, em 31 de Julho de 1501, não obstante tudo isto, dizíamos, D. Manuel só em 1503 enviou às terras de Santa Cruz uma armada de seis naus, capitaneada por Gonçalo Coelho, de que regressou apenas com duas, carregadas de pau Brasil, bogios e papagaios¹⁶, não havendo notícia segura de ter sido acompanhado por algum missionário ou sacerdote secular¹⁷.

A partir de 1532, a situação começou a modificar-se, sendo razoavelmente conhecida a acção do P.^o Gonçalo Monteiro, como primeiro sacerdote a fixar-se no Brasil¹⁸ e a história sumária da erecção das primeiras paróquias nas diversas capitánias¹⁹.

Mas não se pense que a opção pela missionação no Brasil estava definitivamente tomada; haveria ainda que esperar vários anos, até que a carta do Doutor Diogo de Gouveia, o *Velho*, a D. João III, datada de Paris, em 17 de Fevereiro de 1538, viesse abrir o processo que conduziria alguns «clérigos reformados», posteriormente designados jesuítas, à Índia, e ao Brasil, tendo os primeiros chegado à Baía, em 29 de Março de 1549.

¹³ CAMINHA, Pero Vaz de — *A carta de...*, Lisboa, ed. fac-similada, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral, 1968, p. 46, 1968, pp. 46, 48, 52, 56..

¹⁴ CAMINHA, Pero Vaz de — *O.c.*, p. 54.

¹⁵ CAMINHA, P. V. de — *O.c.*, p. 56.

¹⁶ GÓIS, Damião de — *Chrónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, vol. I, Coimbra, Universidade, 1949, p. 160.

¹⁷ RUPERT, Arlindo — *O.c.*, pp. 44, analisa as diversas versões da presença de missionários no Brasil no período anterior à criação das capitánias, concluindo pela insegurança dessas informações. Como certa dá a chegada de Frei Diogo de Borba, em 1534, na armada de Martim Afonso de Sousa, admitindo também a *probabilidade* da presença de dois franciscanos portugueses, não identificados, em Porto Seguro.

Em relação à missionação espanhola na América, sabe-se que em 1524, chegou o primeiro grupo de 12 franciscanos ao México; por sua vez, em 1526, entrou nesta mesma colónia espanhola o segundo contingente de missionários dominicanos (SALINAS, Samuel — *A Igreja e a conquista da América*, S. Paulo, Editora Mar Aberto, 1992, p. 14).

¹⁸ RUPERT, Arlindo — *O.c.*, pp. 56 e ss.

¹⁹ RUPERT, Arlindo — *O.c.*, pp. 59-74.

Note-se, porém, que se estava no reinado de D. João III, já muito avançado, e na correspondência que integra este processo, as preocupações continuavam predominantemente centradas no Oriente²⁰, tal como acontecia no tempo de D. Manuel, que ainda teve de se preocupar imenso com a defesa do Norte de África.

Embora na parte final desta comunicação nos fixemos, de passagem, na acção missionária dos jesuítas, intencionalmente apresentada como termo *ad quem* deste período de silêncio sobre a evangelização do Brasil, deveremos perguntar, mais uma vez: — *porquê tanta demora?*

2 — Situação religiosa

2-1 — *No século XV*

Além de quanto se possa aduzir como razão explicativa da situação de atraso que procuramos evidenciar, há uma que é fundamental, em todo este processo histórico, e que, além de estar em perfeita consonância com o título deste Congresso Internacional: «*América 92: Raízes e Trajectórias*», vem ao encontro do seu conteúdo.

Referimo-nos à situação religiosa de Portugal nos finais do século XV e tempos seguintes, que, em nosso entender, além de constituir a mais convincente explicação da tardia missão do Brasil, ajudará a aprofundar o conhecimento das raízes da América.

Bem sabemos que a vastidão das terras descobertas e ocupadas sob a jurisdição portuguesa, desde o Norte de África, ilhas atlânticas, costa africana e Brasil até ao Oriente, as enormes distâncias que separavam Lisboa e os órgãos centrais do Reino de paragens tão remotas, os numerosos problemas de âmbito internacional e de política interna, como a questão judaica, as carestias e fomes, como as de 1503 e 1506, a incontestável escassez demográfica, que, apesar de já se estar numa fase de recuperação, mais avultava perante a extensão dos territórios a que havia necessidade de atender também sob os pontos de vista militar, comercial e administrativo, tudo isto agravado pelas enormes dificuldades que iam surgindo no Oriente, etc., não deixavam a D. Manuel I a possibilidade de se ocupar da ainda tão mal conhecida terra de Santa Cruz.

Mas apesar destas realidades, impõe-se reconhecer que *a situação religiosa de Portugal, nos finais do século XV e na primeira metade do*

²⁰ LEITE, Serafim — *Cartas dos primeiros jesuítas...* pp. 87 ss.

século XVI, não tinha vigor e possibilidades de fornecer missionários devidamente preparados, em número e qualidade suficientes, para empresa tão importante e delicada, como passamos a demonstrar. Por outras palavras, quer isto dizer que a crise que, desde o século XIV, atingia a Igreja em Portugal, estava longe de ser debelada. Estamos, mesmo, perante um daqueles pontos de História, que não podem ser tratados à base de «generalizações» — (de que alguns, entre nós, tanto gostam, esforçando-se por suprir mediante conceptualizações o que não ousaram buscar nas fontes documentais) — porque a realidade dos factos não o consente.

Para melhor exemplificarmos o que acabamos de afirmar, bastará recordar a importância, por vezes desmesurada, atribuída à crise geral do século XIV, nos seus diversos aspectos: demográfico, económico, social e religioso, que se foram agravando progressivamente, em condições e graus diversos, até meados do século XV. Mesmo olhando só para o caso português e apesar de se tratar de um país relativamente pequeno, os estudos feitos nos últimos anos permitem-nos verificar que o início da inversão da tendência depressionária inerente a essa longa crise para a de recuperação não é simultânea em todo o reino, quer se trate de aspectos demográficos quer económicos, apresenta-se mais precoce, cerca de trinta a quarenta anos, na zona centro-sul (Coimbra²¹ e Alcobça²²) do que no norte, repercutindo-se também, necessariamente, no quadro social. Na segunda metade do século XV, essa tendência ou movimento de recuperação era dominante, embora houvesse ainda instituições, cuja situação económica continuava a agravar-se. A título de exemplo, para a mesma região norte, observe-se que se a Mitra bracarense conseguiu um razoável equilíbrio da sua economia entre 1435 e 1460, o Cabido de Braga só viria a iniciar o processo de recuperação a partir de Julho de 1470, enquanto a degradação económica da Colegiada de Guimarães continuou a acentuar-se até finais do século. A recuperação das casas senhoriais deu-se também a ritmo acelerado, a partir do primeiro terço do século XV, não sendo de estranhar as bem conhecidas posições de força tomadas por D. João II face à nobreza.

Bem diferente, porém, foi o que se verificou no plano religioso, pois a situação de crise, apesar de numerosos esforços isolados, surgidos após o termo do Cisma do Ocidente, (*sendo legítimo salientar a extraordinária acção reformadora desenvolvida por D. Fernando da Guerra, durante*

²¹ COELHO, Maria Helena da Cruz — *O Baixo Mondego nos fins da Idade Média*, vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras, 1983.

²² GONÇALVES, Iria — *O património do Mosteiro de Alcobça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova, 1988.

meio século — 1417-1467), prolongou-se durante mais de um século, ultrapassando, mesmo, o encerramento do Concílio de Trento (1563).

Teremos de analisar esta situação mais de perto, a fim de melhor se compreender a falta de agentes evangelizadores, que se dispusessem a vir para o Brasil e a ir para outras partes do mundo, submetidas à jurisdição portuguesa.

Em Portugal, conhecia-se, por experiência, a diversidade de riscos que representava e oferecia missionar entre os árabes do Norte de África e entre as populações pagãs do Congo. E não se pense que tinham apenas presente o exemplo dos Cinco Mártires de Marrocos, cujos restos mortais foram enviados para o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, pelo Infante D. Pedro Sanches, irmão de D. Afonso II, que ao tempo se encontrava ao serviço do Miramolim de Marrocos²³; havia notícia e experiência segura e coroada de êxito, dos primórdios da evangelização do Congo. Tanto umas como outras não eram funções para confiar a pessoas sem a devida formação religiosa e adequada preparação específica para o estabelecimento dos contactos com gentes desconhecidas, como, mais tarde viria a ser explicitamente, dito da Índia, por Frei Simão de Jesus ao Provincial, D. Frei Agostinho de Jesus, quando lhe pedia que não mandasse «*irmãos empapelados do noviciado senão muito experimentados nos ofícios da casa*»²⁴.

Mas seria fácil preparar pessoas de acordo com estas exigências, no contexto religioso então vivido em Portugal?

Para facilitar a elaboração da síntese que nos propomos apresentar da situação religiosa em Portugal na segunda metade do século XV, decidimos centrar a nossa atenção naqueles aspectos mais sensíveis e expressivos da realidade a analisar, isto é, no *estado dos mosteiros, do clero secular e do povo*²⁵, ao longo do século XV, mas particularmente na segunda metade, observando-se também o que, nestes domínios se

²³ VELOSO, Maria Teresa Nobre — *D. Afonso II. Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, vol. I, Coimbra, 1988, p. 22. (Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra. Policopiada).

²⁴ A.D.B., *Gaveta das cartas do Cabido*, n.º 74, MARQUES, José — *Eremitas de Santo Agostinho nas missões do Oriente*. (No prelo).

²⁵ Já noutras ocasiões recorremos a estes três vectores para caracterizar a sociedade sob o ponto de vista religioso, tendo verificado a sua eficácia. (Cf. *D. Frei Bartolomeu dos Mártires, Mestre e Pastor. No IV Centenário da sua Morte*. (No prelo). Apraz-nos, por isso, verificar que também o conceituado historiador Samuel Salinas reconhece a validade do método: — «... a situação do clero regular (que vive de acordo com uma regra) foi sempre fiel indicador da situação da Igreja em sentido amplo» (SALINAS, Samuel — *A Igreja e a conquista da América*, S. Paulo, Editora Mar Aberto, 1992, p. 7.

verificava no século XVI, socorrendo-nos, para o efeito, em relação a este último século, de documentação, que, além de nos oferecer dados seguros, tem o mérito de proporcionar uma visão global do sector a que se refere.

A documentação utilizada é essencialmente de natureza eclesiástica, produzida na sequência da actividade administrativa, não se vislumbrando, por isso, quaisquer indícios ou sintomas de manipulação dos seus dados. Cumpre, no entanto, esclarecer que, embora tais fontes e os estudos elaborados nestes domínios não cubram a totalidade do País, incidiram nas dioceses de Braga, do Porto e na Administração Eclesiástica de Valença, tradicionalmente as mais povoadas e as mais cristãs, mas por documentação avulsa e legislação sinodal coevas, verifica-se que reflectem bem o estado geral do País.

2.1.1. — *Os mosteiros*

Começando pelos *mosteiros* — beneditinos, agostinhos e cistercienses — cumpre desde já anunciar que, na sequência de condicionalismos documentados desde o século XIV, atravessavam praticamente todos uma crise gravíssima, à qual muitos não conseguiram sobreviver. De modo geral, o número de religiosos em cada mosteiro era diminuto, não faltando aqueles em que não havia o mínimo de quatro para se poder afirmar que havia mosteiro, como em 1433 exigia D. Fernando da Guerra, relativamente ao de S. Simão da Junqueira²⁶. Como amostra desta situação, veja-se o quadro da população monástica da Arquidiocese de Braga, que é a melhor resposta àqueles que falam de comunidades com elevado número de monges:

²⁶ A.N.T.T., *S. Simão da Junqueira. Pergaminhos*, compart. 2, maço 1, n.º 22. MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, I.N.-C.M., 1988, pp. 797-798.

Mosteiros	Anos	Número de religiosos
S. Pedro de Rates	1314	15
	1377	0
	1429	1
Arnóia	1375	5
	1380	8
S. Miguel de Refojos de Basto	1382	10
S. Romão do Neiva	1419	4
S. Salvador de Vilar de Frades (beneditino)	1425	0
Santa Maria de Vila Nova de Muía	1425	5
S. Domingos de Guimarães	1426	7
S. Pedro de Lomar	1431	Sem convento
Requião	1433	Sem convento
Bravães	1434	Sem convento
Fonte Arcada	1437	Sem convento
Banho	1441	0
Junqueira	1443	3 ou 4
S. Martinho de Sande	1444	0
Carvoeiro	1451	Sem convento
Souto	1454	0
S. Torcato	1459	1
Vilar de Frades (Cónegos Seculares)	1461	14
	1478	13 ⁽²⁷⁾

²⁷ MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, pp. 890-891.

Como se verifica por este quadro, alguns mosteiros estavam absolutamente ermos e outros não tinham convento, isto é, tinham apenas um ou dois religiosos²⁸. Os números mais elevados que encontramos foram: 14, na Congregação, ainda relativamente nova, dos Cónegos Seculares de Vilar de Frades, em 1461, e no mosteiro beneditino de Refojos de Basto, com 10 monges, em 1382.

Outro factor grave de crise era a situação económica, uma vez que diversos mosteiros não possuíam rendas suficientes para se sustentarem com o mínimo de dignidade, pelo que os prelados lhes anexavam algumas paróquias com a incumbência do respectivo serviço pastoral, a fim de poderem receber legitimamente os frutos dos benefícios. Casos houve em que nem com estes apoios conseguiram sobreviver.

Responsáveis pela ruína de muitas comunidades, dos seus próprios edifícios e patrimónios fundiários, foram também as guerras, as fomes e pestes, os assaltos dos nobres, que nem as decisões tomadas em Cortes conseguiram desmotivar, as exigências dos «naturais» feitas a título do direito de padroado ou outros motivos, sem esquecermos o trágico regime dos *comendatários* — «*os nadas colossais*», de que fala Frei Leão de S. Tomás na sua *Benedictina Lusitana* — que, mesmo no período pós-tridentino, levantaram imensas dificuldades à reforma dos mosteiros e à constituição das várias Congregações.

A par destes factores, deveremos alinhar alguns casos de certa gravidade de ordem moral, embora não tantos, como certa historiografia pretende afirmar.

Por tudo isto, tendo D. Fernando da Guerra verificado que muitos deles não tinham viabilidade de sobrevivência, extinguiu-os canonicamente, e converteu-os em sedes de igrejas paroquiais, tendo reduzido os da Ordem de S. Bento de 26 para 13, e os agostinhos, também chamados cruzios por terem adoptado a regra de S.¹⁰ Agostinho, na versão difundida a partir de S.^{1a} Cruz de Coimbra, que passaram de 18 para 11²⁹.

Embora em menor escala, ocorreu situação idêntica na diocese do Porto, e na Administração de Valença do Minho, bem como através de todo o Reino.

É certo que nem tudo era negativo. Entre as Ordens Mendicantes, particularmente voltadas para a pregação e assistência, a situação era bem melhor, tendo beneficiado, até, do impulso recebido, primeiro, da

²⁸ MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, IN-CM, 1988, p. 891.

²⁹ MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, IN-CM., 1988, pp. 889.

implantação dos *observantes*, que por ocasião do Cisma do Ocidente, em 1392, se desligaram da Província de Santiago de Compostela³⁰, e se implantaram em Portugal, a começar pela linha do Minho, e, depois, através do ramo dos franciscanos *descalços*, (*da Estremadura espanhola, no tempo de D. Manuel I, vieram fixar-se em Vilaviçosa*) que se propunham renovar a Ordem, num contacto mais íntimo com o projecto do franciscanismo inicial³¹.

2.1.2 — Clero secular

Quanto ao *clero secular*, da segunda metade do século XV, para as dioceses de Braga e Coimbra estão disponíveis *as matrículas de ordens*, que fornecem os elementos básicos da sua naturalidade, filiação, condição social, habilitações literárias, etc. etc. Embora entre eles houvesse graduados pela universidade portuguesa ou por outras estrangeiras, não faltavam também alguns semi-analfabetos ou mesmo completamente analfabetos, que tivemos oportunidade de identificar. A acção pastoral, em muitos casos, era bastante rudimentar, nem poderia ser de outra forma, se atendermos à deficiente preparação dos clérigos com cura pastoral e ao modo como se fazia o próprio recrutamento dos candidatos e a promoção à clerezia, itinerando, para o efeito, os sucessivos bispos auxiliares (D. Frei Gil e D. Frei Gomes da Rocha) pela diocese a conferir ordens sacras aos que se inscreviam³².

Este elevado número de clérigos, quer só de ordens menores, quer mesmo de ordens sacras, estava mais voltado para acumular e usufruir

³⁰ Para uma síntese, veja-se o nosso estudo *Os Franciscanos no Norte de Portugal nos finais da Idade Média*, Porto, 1982.

³¹ ANDRÉS MARTIN, Melquíades — *Pasos comunes de la descalcez franciscana en España y Portugal (1500-1423)*, in «Alcántara. Revista del Seminario de Estudios Cacerfeños», 3.ª época (série) n.ºs 23-24, Maio-Diciembre, 1991, pp. 149-169.

Embora não seja este o momento adequado para proceder ao seu desenvolvimento, não podemos abstrair da extraordinária influência dos franciscanos na espiritualidade, desde os tempos medievais (MARTINS, Mário — *O ciclo franciscano na espiritualidade medieval*, Coimbra, 1951, e, mais recentemente, CARVALHO, José Adriano Freitas de — *Libros de espiritualidade franciscana, na segunda metade do século XV, em Portugal e Espanha*, in «Carthaginensia», VII, 1991, pp. 127-228. TAVEIRA, Manuel — *Bulas referentes à Ordem Franciscana em Portugal no «Bulário Franciscano»*, in «Itinerarium», Braga, ano VI, n.º 28, Abril-Junho, 1960, pp. 265-306.

³² MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, pp. 953-975.

benefícios do que para receber o presbiterado, como se verifica pela desproporção entre os que se apresentavam a receber ordens menores e os que, efectivamente, ascendiam ao presbiterado.

A formação do clero secular, em muitos casos, era bastante limitada, pelo que o arcebispo D. Jorge da Costa, eleito quando, em 1486, se encontravam em Roma, reconhecendo os benefícios e as potencialidades culturais da imprensa — ele que de lá trouxe uma rica colecção de incunábulo — decidiu, segundo temos defendido, mandar imprimir o *Sacramental* de Valdeiras, em 1488³³, e no ano seguinte o *Tratado de Confissom*³⁴, promovendo depois a edição do *Breviário Bracarense* (1494) e do *Missal* (1496), colocando os exemplares destas edições nas mãos dos seus colaboradores, numa tentativa de minorar lacunas inerentes à sua deficiente formação cultural.

A falta de uma conveniente formação sacerdotal, para a qual, outrora, muito contribuíam os mosteiros e as colegiadas, agora uns e outras em manifesta crise, a falta de assistência e apoio da parte da hierarquia, devido às grandes distâncias que seria preciso vencer e de transportes rápidos, a escassez de meios materiais e o tradicional isolamento em que o clero paroquial vivia, facilmente estimulava os seus membros ao *absentismo*, desviando-os, por vezes, para actividades expressamente proibidas pela legislação canónica, de que se fazem eco, entre tantas outras, as constituições sinodais de D. Diogo de Sousa, de 1506, bastando como amostra, referir os títulos de algumas delas: «*XI — Que nenhuum clerigo nom seja negociador nem regatom*», «*XII — Que falla dos clerigos dordeens meores barregueiros*», do mesmo assunto se ocupando também a constituição 15.^a, «*Que cada huum faça residencia na sua igreja*»³⁵.

2.1.3. — *Povo*

Em relação ao *povo* anónimo, a sua doutrinação, de acordo com as constituições sinodais diocesanas, era muito limitada e feita oralmente, não só por falta de catecismos, mas também e prioritariamente devido à

³³ MARQUES, José — *O Arcebispo D. Jorge da Costa e os primórdios da imprensa em Portugal*, in «Forum», Braga, 4, Outubro de 1988, pp. 1-31.

³⁴ MARQUES, José — *Tratado de Confissom. Novos dados para o seu estudo*, Vila Real, BPADV-IPPC, 1986.

³⁵ *Synodicon hispanum, II. Portugal*, dirigido por Antonio Garcíay Garcia, Madrid, B.A.C. 1982. pp. 148-151.

elevada margem de analfabetismo, ao tempo existente. Para ilustrar esta afirmação, parece-nos suficiente transcrever parte da constituição 25.^a do sínodo reunido por D. Luís Pires, em 1477: — «*Achamos que per negligencia dos rectores e curas e padrinhos muitas criaturas³⁶ e ainda homens e molheres velhos nom sabem o Pater noster, Ave Maria e Credo in Deum pera os rezarem, nem sabem preceptos da ley e obras de misericordia pera as comprirem, nem sabem os artiigos da fé pera os creerem, nem sabem quaaes som os sete pecados mortaaes pera se delles guardarem e nelles nom cayrem. Porém mandamos a todollos abbades, priores e rectores e curas que cada huum em sua egreja denunciie e emsine o Pater e Ave Maria e Credo in Deum e os artiigos da fé e os preceptos da leye as obras de misericordia e quaaes som os sete pecados mortaaes. E sejam avisados que o Pater noster e Ave Maria e o Credo in Deum digam primeiramente per latim e despois per lingoajem...»³⁷, devendo os restantes pontos doutriniais ser ensinados apenas em vernáculo.*

Desnecessário será dizer que os problemas de natureza moral, concretamente os casos de barregania, de superstição, aborto e tantos outros desvios doutrinários e morais estavam presentes no quotidiano da população, como as visitas e a documentação produzida em ordem à preparação do IV Concílio Provincial de Braga, realizado em 1566, revelam iniludivelmente³⁸.

Não queremos cair em anacronismos e, por isso mesmo, temos de afirmar que nos séculos XV e XVI, não havia a noção de *laicado* que temos no século XX, mas à luz do testemunho das constituições sinodais também não seria de esperar que os leigos se lançassem na aventura missionária.

2.2 — *No século XVI*

E qual era a situação no século XVI?

Não podemos deter-nos a perscrutar a abundante informação contida nos registos eclesiásticos diocesanos, bastando anotar alguns testemunhos autorizados relativamente aos mesmos tópicos escolhidos para a apreciação

³⁶ Isto é: *crianças*.

³⁷ *Synodicon II*. pp. 108-109.

³⁸ Além das *Actas* do concílio publicadas, em 1567, pensamos também nos *Memoriaes* preparatórios, elaborados por D. Frei Bartolomeu dos Mártires (Arquivo Histórico Dominicano Português — Movimento Bartolomeano, Porto, 1972).

que fizemos em relação ao século XV: *os mosteiros, o clero secular e o povo*.

Acerca do estado dos mosteiros portugueses do século XVI, embora com particular incidência na zona centro-norte do País, nas duas últimas décadas, apareceram em arquivos nacionais e estrangeiros, alguns documentos que deram origem a estudos do maior interesse sobre as comunidades beneditinas, cistercienses e agostinhas, com a vantagem de nos apresentarem, em visão sinóptica, o estado monástico, podendo acrescentar que para os beneditinos e os agostinhos dispomos destas preciosas informações para quatro momentos diferentes, ao longo da centúria de Quinhentos.

2.2.1 — *Visitas e inquéritos aos mosteiros*

Assim, a primeira informação, referente aos beneditinos e agostinhos, é fornecida pelos capítulos da visita feita a catorze (14) mosteiros da comarca de Entre Douro e Lima, datados de 1 de Novembro de 1528, pelo licenciado Balazar Álvares (?), desembargador do arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa³⁹.

Deste notável documento, na impossibilidade de o comentarmos devidamente, respigamos apenas alguns elementos mais elucidativos, a começar pelo reduzidíssimo número de religiosos, como consta dos seguintes exemplos:

Em *Refojos de Basto*, havia o mesmo número anterior de seis religiosos;

— em *Arnóia*, não havia abade nem monges, por ter sido privado deles, ordenando o visitador que aí passasse a haver quatro monges e um noviço;

— em *S. Miguel de Vilarinho*, havia apenas o prior, ao qual foi imposta, sob pena de excomunhão, a obrigação de admitir mais três ou mesmo um número superior, se as suas rendas o permitissem;

— em *S. Salvador da Junqueira*, além do prior, havia três monges e um noviço;

— em *Freixo*, o visitador obrigou o prior comendatário a admitir três religiosos;

³⁹ A.D.B., *Visitas e devassas*, n.º 10, e foi estudado por SOARES, António Franquelim Neiva — *Os mosteiros da comarca de Entre Douro e Lima, em 1528*, in «Bracara Augusta», Braga, 41, n.ºs 91-92, 1988-1989, pp. 101-138, aí transcrevendo também o documento na íntegra.

— em *S. Martinho de Caramos*, além do comendatário, havia mais três religiosos e um cura, que obrigou a ir residir à sua vigararia, devendo admitir mais um cônego regrante para ajudar os outros três;

— em *S. Romão do Neiva*, onde havia abade, prior crasteiro e um monge, deveria passar a haver quatro monges e um noviço...

Não queremos insistir na apresentação de mais dados desta natureza, mas estas amostras eram indispensáveis para se verificar como se arrastava a situação herdada do século anterior. A imagem completa-se com as exigências de que os monges não andassem fora dos mosteiros, e com notícias como esta: que os monges de Basto deveriam ser «*quastiguados polla fama que tem acerca de conversarem com algũas molheres ho que não he licyto nem serviço de Deos...*», impondo-se ao D. Abade a obrigação de promover a emenda de tal situação; em Carvoeiro, além de se confessarem e comungarem no primeiro domingo de cada mês, deveriam ler parte da Regra todos os dias; por fim, os religiosos de Caramos teriam de aprender a cantar o ofício, até à Páscoa do ano seguinte, etc.

Sobre o estado dos Cistercienses portugueses, bem como sobre os de toda a Península Ibérica é bem expressivo o relato de Frei Cláudio de Bronseval, secretário do Abade de Claraval, D. Edme de Saulieu, durante a sua visita canónica, efectuada durante os anos de 1531-1533, não tendo faltado quem se revoltasse, em Castela, contra ele e contra a reforma que pretendia operar.

Dois exemplos portugueses ajudarão a vislumbrar um pouco do que era, então, o estado dos mosteiros cistercienses entre nós. Começemos pela profunda comoção que o D. Abade de Claraval sentiu, quando avistou essa pequena jóia de arte românica, que era o Mosteiro de Pitões de Júnias: — «*Dominus ad hoc descendens flevit dolenter cum vidit quia quondam fuerat integre structum, et nunc penitus ruinatum preter ecclesiam...*»⁴⁰. A ruína material era bem o reflexo da crise que tinha destruído a comunidade religiosa! Em S.^{ta} Maria de Bouro, também as ruínas do mosteiro reflectiam o estado em que se encontravam os sete monges, que ainda aí encontrou: sem hábito completo nem qualquer espécie de vida comunitária, vivendo separados em casebres térreos — que no dizer do mesmo secretário mais pareciam pocilgas — na companhia

⁴⁰ BRONSEVAL, Fère Claude de — *Peregrinatio hispanica (1531-1533)*, vol. II, Paris, Presses Universitaires de France, 1970, p. 546.

de leigos de ambos os sexos. O ambiente era de tal ordem que o visitador exclamou: — «*Na verdade Deus não está nesta casa*»!⁴¹

Detivemo-nos um pouco mais nestes dois relatórios de visitas por serem um anterior e outro coevo da partida da armada de Martim Afonso de Sousa para o Brasil, levando consigo o já referido primeiro sacerdote que se fixou em terras de Santa Cruz.

Por certo, nem tudo eram sombras, mas da virtude e do zelo apostólico não é tão vulgar ficarem registos... não admirando, por isso, este sombreado mais denso.

Se completarmos a informação com o relatório da visita feita aos beneditinos portugueses, por Frei Afonso Zorrilla, em 1564-1565⁴², isto é, após o encerramento do Concílio de Trento, teremos uma extensa casuística, reveladora dos enormes obstáculos levantados à tão necessária reforma monástica, não só pelos comendatários, mas também pelo comportamento de alguns membros da Ordem de S. Bento, que não hesitaram em contestar a reforma em curso. As dificuldades eram de tal natureza que até o grande paladino da reforma tridentina, que foi D. Frei Bartolomeu dos Mártires, e o seu vigário-geral e substituto, durante a sua ausência em Trento — Frei João de Leiria — consideravam alguns mosteiros, como o de Tibães — (mais tarde casa-mãe da Congregação de S. Bento de Portugal) — irreformáveis, chegando mesmo a pensar transformá-los em conventos e colégios dominicanos⁴³.

Em 1568, por ordem do Cardeal D. Henrique⁴⁴, procedeu-se a nova informação sobre os mosteiros beneditinos e agostinhos, que revela o seu estado, tanto sob o ponto de vista dos efectivos humanos existentes em cada um, como em relação ao estado patrimonial e respectivas rendas e muitos outros aspectos, inclusive, sobre os comendatários.

As visitas e inquéritos de 1564-1565, 1568 e a de 1588-1589⁴⁵

⁴¹ BRONSEVAL, Frère Claude de — *O.c.*, II, pp. 530-531. No texto latino, por lapso tipográfico, falta uma linha, mas na versão francesa encontra-se o correspondente a tal falta, com a seguinte redacção: «*Vraiment le Seigneur n'est pas dans cette maison!*»

⁴² ZARAGOZA PASCOAL, Ernesto — *Reforma de los beneditinos portugueses (1564-1565)*, in «*Bracara Augusta*», Braga, vol. 35, n.ºs 79-80, 1981, pp. 275-290. Publica o texto da visitação na íntegra.

⁴³ ZARAGOZA PASCOAL, Ernesto — *O.c.*, p. 281.

⁴⁴ FERREIRA PAULO FERRO, Adérito Gomes — *Inquérito à vida dos mosteiros na Arquidiocese de Braga sob D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, Porto, tomo III, 1987, pp. 161-206.

⁴⁵ ZARAGOZA PASCOAL, Ernesto — *Reforma de los beneditinos portugueses (1588-1589)*, separata de «*Theologica*», Braga, vol. 17, fasc. 1-4, 1983, pp. 3-78.

situam-se já no período de reforma, mas, as informações por eles fornecidas, associadas às de 1529 e de 1531-33, obrigam a concluir que a situação descrita para o século XV não se tinha alterado para melhor e que destas ordens monásticas, nesta fase, nada havia a esperar no campo da missão. Seria necessário aguardar ainda os frutos amadurecidos das várias Congregações monásticas portuguesas, organizadas na sequência da autêntica reforma saída do Concílio de Trento.

2.2.2 — *Clero secular e povo*

O mesmo podemos afirmar quanto ao clero diocesano e ao comum do povo cristão, cuja renovação espiritual, não obstante a importância da *devotio moderna*, só a partir da segunda metade do século XVI vai encontrar processos adequados de desenvolvimento, em que as aulas de casos de consciência, os seminários, etc. as confrarias do Rosário e tantos outros meios de acção pastoral tiveram um papel muito significativo.

Foi alguns anos antes do início do Concílio de Trento e do movimento reformador que ele desencadeou, que surgiu a Companhia de Jesus, integrada por elementos intelectual e moralmente bem formados, profundamente convictos do imperioso dever de evangelizar — «*ai de mim se não evangelizar*», dizia S. Paulo — e disponíveis para as tarefas mais difíceis que lhes fossem confiadas pelo Romano Pontífice, renunciando à vontade própria. Surgiam, além disso, integrados numa estrutura dinâmica e coesa, com um grande sentido de militância e de adaptação às realidades que se lhes apresentassem, e sentindo-se estimulada pela passividade e apatia envolventes.

Daí, talvez, o exagero que alguns descobrem na sua apreciação da acção missionária, dos que os precederam nas terras de Santa Cruz, exagero, cuja objectividade importará demonstrar.

Do que, porém, não há dúvida é de que aos jesuítas cabe o grande mérito de terem sabido articular a educação na Fé, com a defesa dos direitos humanos e os valores da civilização, de acordo com a leitura que dos mesmos se fazia nesse tempo, privilegiando a instrução literária, a formação de quadros nativos e ensinando-lhes as técnicas de produção, não só de meios de subsistência, mas também de riqueza. Se alguns defeitos houve — pois de acção humana se trata — nem por isso o saldo deixará de ser enormemente positivo.

3 — Conclusão

De quanto deixámos exposto, de forma abreviada, sobre a situação religiosa em Portugal, nos finais do século XV e durante o século XVI, não é difícil concluir que *não havia recursos humanos para a organização de expedições missionárias*, porque o estado das Ordens monásticas, do clero diocesano e do próprio povo cristão não possuía vigor suficiente para que de entre os seus membros surgissem missionários, clérigos e leigos, tomando estes últimos no verdadeiro e actual sentido do termo, conceito que, então, não existia.

Com esta afirmação não pretendemos negar e nem sequer desvalorizar o sentido cristão que, *a par de outras motivações*, acompanhou e marcou as Descobertas e a Expansão dos portugueses no Mundo.

Importa, no entanto, estabelecer uma distinção clara entre *o que eram os objectivos do monarca* e dos seus mais directos colaboradores, inclusive sob o ponto de vista religioso, que implicavam, antes de mais, a assistência aos cristãos portugueses, entregues à realização das tarefas de que estavam incumbidos (ou tinham assumido por iniciativa própria), tanto no mar, como nas fortalezas-feitorias, e *a sensibilidade do clero regular e secular*, na sua maior parte vivendo no interior do Reino, longe das coisas do mar, e *a do próprio povo cristão*, cuja limitada preparação religiosa não tinha dinamismo suficiente para, nesta fase áurea dos Descobrimentos, estimular e viabilizar uma corrente missionária confiada a leigos, iniciativa, aliás, insensível, nessa altura.

É certo que entre os Mendicantes (Franciscanos e Dominicanos) a missão, na sua dimensão mais complexa, fazia radicalmente parte da sua razão de ser, mas o Norte de África e a Índia esgotavam os recursos humanos de que eles pudessem dispor.

Quando Pedro Álvares Cabral aportou ao Brasil, em 1500, levava a bordo dezassete missionários, sendo *«oito frades de Sam Francisco, homens letrados, de que era vigário Frei Henrique, que depois foi confessor del Rei, e bispo de Cepta, hos quaes com oito capelães (seculares) e um vigairo ordenou que ficassem em Calecut, pera administrarem hos sacramentos a hos Portugueses, e a hos da terra que se quisessem converter à fé»*⁴⁶. Eram, naturalmente, todos fruto de uma esmerada selecção, sob os pontos de vista intelectual e moral, dadas as delicadas funções que os esperavam no Oriente; mas, não seria fácil

⁴⁶ GÓIS, Damião de — *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, parte I, p. 127. RUPERT, Arlindo — *O.c.*, p. 31.

reunir, com frequência, tão elevado número de missionários como este, até porque se tratava de uma resposta estratégica aos pedidos e graves necessidades de uma vasta região, onde o nome de Cristo não era desconhecido, embora à mistura com muitos erros e heresias.

Quanto aos Dominicanos, observe-se que só em 1548, o Provincial, P.^o Frei Francisco Bobadilha, enviou para o Oriente os primeiros doze padres desta Ordem⁴⁷, isto é, seis anos depois de lá terem chegado os padres jesuítas Francisco Xavier e Paulo Camerte⁴⁸.

Embora de forma sintética, cremos ter justificado documentalmente o grande atraso de quase cinquenta anos entre a descoberta do Brasil e o início da missão sistemática e eficaz, conduzida inicialmente pelos jesuítas e, em especial, pelo P.^o Manuel da Nóbrega, chamando, ao mesmo tempo a atenção para aspectos que ajudarão a conhecer melhor o mundo de onde provinham os colonos e missionários, que realizaram o verdadeiro encontro de civilizações e culturas, que constituem as raízes do Brasil, e, de algum modo, também as da América, realidades que haverá toda a conveniência em clarificar, com verdadeiro espírito científico e sem complexos nem ressentimentos, nesta época, em que se está a comemorar o V Centenário dos Descobrimentos Portugueses.

Porto, 3 de Agosto de 1992.

⁴⁷ ALMEIDA, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal*. Nova edição, preparada e dirigida por Damião Peres, vol. II, Porto-Lisboa, L. Civilização, 1968, pp. 297-298.

⁴⁸ ALMEIDA, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal*., vol. II, pp. 297-298.

